



Ministério da Economia
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 10840.721944/2011-47
Recurso Voluntário
Acórdão nº **2002-004.957 – 2ª Seção de Julgamento / 2ª Turma Extraordinária**
Sessão de 16 de abril de 2020
Recorrente HELOISA DINIZ JUNQUEIRA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Ano-calendário: 2008

DEDUÇÃO INDEVIDA -DESPESA MÉDICA - DOCUMENTAÇÃO HÁBIL

As despesas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais são dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, seja para tratamento do próprio contribuinte ou de seus dependentes, desde que devidamente comprovadas, conforme artigo 8º da Lei nº 9.250/95 e artigo 80 do Decreto nº 3.000/99 - Regulamento do Imposto de Renda/ (RIR/99).

DEDUÇÃO INDEVIDA -DESPESA COM INSTRUÇÃO - DOCUMENTAÇÃO HÁBIL - COMPROVAÇÃO

Quando da apresentação da DAA pelo contribuinte é possível a dedução das despesas com instrução, respeitados os limites legais, da base de cálculo do IRPF.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Por determinação do art. 19-E da Lei nº 10.522/2002, acrescido pelo art. 28 da Lei nº 13.988/2020, em face do empate no julgamento, dar provimento parcial ao Recurso Voluntário para afastar as glosas com despesas médicas com Denise Rosado Antônio, no valor de R\$8.220,00, vencidas as conselheiras Mônica Renata Mello Ferreira Stoll e Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez (Presidente), que lhe negaram provimento.

(assinado digitalmente)

Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez - Presidente

(assinado digitalmente)

Thiago Duca Amoni - Relator.

Participaram das sessões virtuais, não presenciais, os conselheiros Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez (Presidente), Mônica Renata Mello Ferreira Stoll, Virgílio Cansino Gil e Thiago Duca Amoni.

Fl. 2 do Acórdão n.º 2002-004.957 - 2ª Sejul/2ª Turma Extraordinária
Processo n.º 10840.721944/2011-47

Relatório

Notificação de lançamento

Trata o presente processo de notificação de lançamento – NL (e-fls. 07 a 12), relativa a imposto de renda da pessoa física, pela qual se procedeu as glosas de dedução indevida com dependentes, dedução indevida de despesas médicas, dedução indevida de previdência privada e FAPI e dedução indevida com despesas de instrução.

Tal autuação gerou lançamento de imposto de renda pessoa física suplementar de R\$8.798,44, acrescido de multa de ofício no importe de 75%, bem como juros de mora.

Impugnação

A notificação de lançamento foi objeto de impugnação, conforme decisão da DRJ:

Cientificada em 06/07/2011 (fl. 53), a contribuinte apresentou em 04/08/2011 a impugnação de fls. 02/03 na qual contesta o lançamento afirmando que Maurício Diniz Junqueira Gonçalves é seu filho, com idade até 21 anos; as despesas médicas são próprias ou do dependente; solicitou a Dra. Denise relação dos recebimentos dela de cada mês, pois este valor realmente foi pago; está juntando comprovante de dedução de previdência privada própria e do dependente e despesas de instrução do dependente e para o fim de assim ser decidido, cancelando-se o débito fiscal reclamado.”

A impugnação foi apreciada na 20ª Turma da DRJ/RJ1 que, por unanimidade, em 03/12/2014, no acórdão 12-70.796, às e-fls. 66 a 71, julgou a impugnação parcialmente procedente.

Recurso voluntário

Ainda inconformado, o contribuinte, apresentou recurso voluntário, às e-fls. 78 a 11, no qual alega:

I – Os Fatos

O fato levado em consideração, neste pedido recurso, dá-se pela apresentação dos seguintes documentos:

- Certidão de Nascimento, de MAURICIO DINIZ JUNQUEIRA GONÇALVES, filho de HELOISA DINIZ JUNQUEIRA, como comprovante da relação de dependência declarada na declaração de Imposto de Renda. Comprovando que não houve Dedução indevida com Dependentes.

- Os comprovante de Previdência Privada no Valor de R\$ 10.790,47 (Dez Mil Setecentos e Noventa Reais e Quarenta e Sete Centavos) conf. 2 (dois) Informes de Rendimento Financeiros, da empresa Sul América Seguros de Pessoas e Previdências S/A, CNPJ n.º 01.704.513/0001-46 mais 1 (um) Informe de Rendimentos Financeiros, da empresa Bradesco Vida e Previdência S/A, CNPJ n.º 51.990.695/0001-37. Comprovando que não houve Dedução Indevida de Previdência Privada e Fapi.

- Contrato de Educação, ref. ao aluno MAURICIO DINIZ JUNQUEIRA GONÇALVES, onde existe demonstrado o plano de pagamento acordado, juntamente com os boletos de pagamento. Comprovando que não houve Dedução indevida com Despesa de Instrução.

- 12 (doze) Recibos que comprovam a efetivação dos pagamentos efetuados a DENISE ROSADO ANTONIO, CPF n.º 075.423.498-30, que somados totalizam um valor de R\$ 8.220,00 (Oito Mil Duzentos e vinte Reais), Declaração da empresa Omint Serviços de Saúde Ltda, CNPJ 44.673.382/0001-90, onde é discriminado os valores mensais faturados de Janeiro a Dezembro, no valor total de R\$ 7.715,99 (Sete Mil, Setecentos e Quinze Reais e Noventa e Nove Centavos), 02 (dois) Recibos que comprovam a efetivação dos pagamentos efetuados a MARIA BERNARDETE AMÊNDOLA CONTART DE ASSIS, CPF 005.744.748-97, que somados totalizam um valor de R\$ 3.240,00 (Três Mil, Novecentos e Quarenta Reais). Comprovando que não houve Dedução Indevida de Despesas Médicas.

II – O Direito**II.1 – PRELIMINAR**

Nesta preliminar, mencionamos o surgimento dos comprovantes acima mencionados, que sendo a razão que pode modificar ou inclusive anular o lançamento efetuado.

II. 2 – MÉRITO

Apresentação do direito. Seguem os documentos anexos: Certidão de Nascimento, comprovante de Previdência Privada, Contrato de Educação e seus respectivos boletos de pagamento, 12 (doze) Recibos que comprovam a efetivação dos pagamentos efetuados a DENISE ROSADO ANTONIO, CPF n.º 075.423.498-30, Declaração da empresa Omint Serviços de Saúde Ltda, CNPJ 44.673.382/0001-90, onde é discriminado os valores mensais faturados de Janeiro a Dezembro e 02 (dois) Recibos que comprovam a efetivação dos pagamentos efetuados a MARIA BERNARDETE AMÊNDOLA CONTART DE ASSIS, CPF 005.744.748-97.

III – A CONCLUSÃO

À vista de todo o exposto, demonstrada a insubsistência e improcedência da ação fiscal, espera e requer a recorrente seja acolhido o presente recurso para o fim de assim ser decidido, cancelando-se o débito fiscal reclamado.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Thiago Duca Amoni - Relator

Pelo que consta no processo, o recurso é tempestivo, já que o contribuinte foi intimado do teor do acórdão da DRJ em 26/02/2015, e-fls. 75, e interpôs o presente Recurso Voluntário em 20/03/2015, e-fls. 78, posto que atende aos requisitos de admissibilidade e, portanto, dele conheço.

Trata o presente processo de notificação de lançamento – NL (e-fls. 07 a 12), relativa a imposto de renda da pessoa física, pela qual se procedeu as glosas de dedução indevida com dependentes, dedução indevida de despesas médicas, dedução indevida de previdência privada e FAPI e dedução indevida com despesas de instrução.

A DRJ afastou as glosas com dedução indevida de instrução e médicas do dependente e dedução indevida de previdência privada e FAPI, nos seguintes termos:

Como se verifica da DIRPF/2010 (fls. 57/65), a contribuinte declarou despesas próprias no valor de R\$ 2.320,00 e despesas com o dependente no valor de R\$ 8.437,00.

No caso, os documentos de fls. 33/45 comprovam as despesas com instrução do dependente Maurício Diniz Junqueira Gonçalves, cabendo ser restabelecida a dedução até o limite legal de valor de R\$ 2.592,29. Tendo em vista, entretanto, que não foi juntado nenhum elemento de prova da despesa com instrução própria, deve ser mantida a glosa do valor de R\$ 2.320,00.

À luz da legislação citada na notificação de lançamento, as contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, inclusive Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), e para o Fapi, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares, seus e de seus dependentes indicados na declaração de ajuste, assemelhados aos da Previdência Social, podem ser deduzidas na apuração do imposto de renda devido. Tal dedução, somada a eventual contribuição para o Fapi, limita-se a doze por cento do total dos rendimentos tributáveis computados na declaração de ajuste.

No caso em tela a autoridade fiscal glosou as despesas informadas com Bradesco Vida e Previdência e Sul América Seguros de Vida e Previdência no valor total de R\$ 10.790,47 por falta de comprovação. Para contestar o lançamento o contribuinte juntou aos autos os Informes de Rendimentos de fls. 46/51 no qual fica demonstrado que se trata de contribuições para previdência privada em nome próprio e do dependente, cabendo, portanto o restabelecimento da dedução.

(...)

Já no que diz respeito às despesas médicas que foram glosadas por se referirem ao dependente que também havia sido objeto de glosa, mas cuja dedução foi acatada nessa decisão, considero que à vista dos documentos de fls. 29/31, devem ser restabelecidas tais despesas que correspondem ao montante de R\$ 6.415,71.

Desta forma, foram mantidas as glosas com Denise Rosado Antônio, no valor de R\$8.220,00 e despesa com instrução no importe de R\$2.320,00.

Da dedução de despesas médicas

As despesas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitalares são dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, seja para tratamento do próprio contribuinte ou de seus dependentes, desde que devidamente comprovadas, conforme artigo 8º da Lei nº 9.250/95 e artigo 80 do Decreto nº 3.000/99 - Regulamento do Imposto de Renda/ (RIR/99):

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

I - de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;

II - das deduções relativas:

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitalares, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

Art. 80. Na declaração de rendimentos poderão ser deduzidos os pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitalares, bem como as despesas com

exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias (Lei n.º 9.250, de 1995, art. 8º, inciso II, alínea "a").

§1º O disposto neste artigo (Lei n.º 9.250, de 1995, art. 8º, §2º):

I- aplica-se, também, aos pagamentos efetuados a empresas domiciliadas no País, destinados à cobertura de despesas com hospitalização, médicas e odontológicas, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas da mesma natureza;

II- restringe-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes;

III- limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento (grifos nossos)

O trecho em destaque é claro quanto a idoneidade de recibos e notas fiscais, desde que preenchidos os requisitos legais, como meios de comprovação da prestação de serviço de saúde tomado pelo contribuinte e capaz de ensejar a dedução da despesa do montante de IRPF devido, quando da apresentação de sua DAA.

O dispositivo em comento vai além, permitindo ainda que, caso o contribuinte tomador do serviço, por qualquer motivo, não possua o recibo emitido pelo profissional, a comprovação do pagamento seja feita por cheque nominativo ou extratos de conta vinculados a alguma instituição financeira.

Assim, como fonte primária da comprovação da despesa temos o recibo e a nota fiscal emitidos pelo prestador de serviço, desde que atendidos os requisitos legais. Na falta destes, **pode**, o contribuinte, valer-se de outros meios de prova. Ademais, o Fisco tem a sua disposição outros instrumentos para realizar o cruzamento de dados das partes contratantes, devendo prevalecer a boa-fé do contribuinte.

Nesta linha, no acórdão 2001-000.388, de relatoria do Conselheiro deste CARF José Alfredo Duarte Filho, temos:

(...)

No que se refere às despesas médicas a divergência é de natureza interpretativa da legislação quanto à observância maior ou menor da exigência de formalidade da legislação tributária que rege o fulcro do objeto da lide. O que se evidencia com facilidade de visualização é que de um lado há o rigor no procedimento fiscalizador da autoridade tributante, e de outro, a busca do direito, pela contribuinte, de ver reconhecido o atendimento da exigência fiscal no estrito dizer da lei, rejeitando a alegada prerrogativa do fisco de convencimento subjetivo quanto à validade cabal do documento comprobatório, quando se trata tão somente da apresentação da nota fiscal ou do recibo da prestação de serviço.

O texto base que define o direito da dedução do imposto e a correspondente comprovação para efeito da obtenção do benefício está contido no inciso II, alínea "a" e no § 2º, do art. 8º, da Lei n.º 9.250/95, regulamentados nos parágrafos e incisos do art. 80 do Decreto n.º 3.000/99 – RIR/99, em especial no que segue:

Lei n.º 9.250/95.

(...)

É clara a disposição de que a exigência da legislação especificada aponta para o comprovante de pagamento originário da operação, corriqueiro e usual, assim entendido como o recibo ou a nota fiscal de prestação de serviço, que deverá contar com as informações exigidas para identificação, de quem paga e de quem recebe o valor, sendo que, por óbvio, visa controlar se o recebedor oferecerá à tributação o referido valor como remuneração. A lógica da exigência coloca em evidência a figura de quem fornece o comprovante identificado e assinado, colocando-o na condição de tributado na outra ponta da relação fiscal correspondente (dedução tributação). Ou seja: para cada dedução haverá um oferecimento à tributação pelo fornecedor do comprovante.

Quem recebe o valor tem a obrigação de oferecê-lo à tributação e pagar o imposto correspondente e, quem paga os

honorários tem o direito ao benefício fiscal do abatimento na apuração do imposto. Simples assim, por se tratar de uma ação de pagamento e recebimento de valor numa relação de prestação de serviço.

Ocorre, neste caso, uma correspondência de resultados de obrigação e direito, gerados nessa relação, de modo que o contribuinte que tem o direito da dedução fica legalmente habilitado ao benefício fiscal porque de posse do documento comprobatório que lhe dá a oportunidade do desconto na apuração do tributo, confiante que a outra parte se quedará obrigada ao oferecimento à tributação do valor correspondente. Some-se a isso a realidade de que o órgão fiscalizador tem plenas condições e pleno poder de fiscalização, na questão tributária, com absoluta facilidade de identificação, tão somente com a informação do CPF ou CNPJ, sobre a outra banda da relação pagador recebedor do valor da prestação de serviço.

O dispositivo legal (inciso III, do § 1º, art. 80, Dec. 3.000/99) vai além no sentido de dar conforto ao pagador dos serviços prestados ao prever que no caso da falta da documentação, assim entendido como sendo o recibo ou nota fiscal de prestação de serviço, poderá a comprovação ser feita pela indicação de cheque nominativo pelo qual poderia ter sido efetuado o pagamento, seja por recusa da disponibilização do documento, seja por extravio, ou qualquer outro motivo, visto que pelas informações contidas no cheque pode o órgão fiscalizador confrontar o pagamento com o recebimento do valor correspondente. Além disso, é de conhecimento geral que o órgão tributante dispõe de meios e instrumentos para realizar o cruzamento de informações, controlar e fiscalizar o relacionamento financeiro entre contribuintes. O termo “podendo” do texto legal consiste numa facilitação de comprovação dada ao pagador e não uma obrigação de fazê-lo daquela forma.”

Ainda, há jurisprudência deste Conselho que corroboram com os fundamentos até então apresentados:

Processo n.º 16370.000399/200816

Recurso n.º Voluntário

Acórdão n.º 2001000.387 – Turma Extraordinária / 1ª Turma

Sessão de 18 de abril de 2018

Matéria IRPF DEDUÇÃO DESPESAS MÉDICAS

Recorrente FLÁVIO JUN KAZUMA

Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA IRPF

Ano calendário: 2005

DESPESAS MÉDICAS GLOSADAS. DEDUÇÃO MEDIANTE RECIBOS. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS QUE JUSTIFIQUEM A INIDONEIDADE DOS COMPROVANTES.

Recibos de despesas médicas têm força probante como comprovante para efeito de dedução do Imposto de Renda Pessoa Física. A glosa por recusa da aceitação dos recibos de despesas médicas, pela autoridade fiscal, deve estar sustentada em indícios consistentes e elementos que indiquem a falta de idoneidade do documento. A ausência de elementos que indique a falsidade ou incorreção dos recibos os torna válidos para comprovar as despesas médicas incorridas.

MATÉRIA NÃO IMPUGNADA. RECONHECIMENTO DO DÉBITO.

Considera-se não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo contribuinte.

Processo n.º 13830.000508/2009-23

Recurso n.º 908.440 Voluntário

Acórdão n.º 2202-01.901 – 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

Sessão de 10 de julho de 2012

Matéria Despesas Médicas

Recorrente MARLY CANTO DE GODOY PEREIRA

Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Ano-calendário: 2006

DESPESAS MÉDICAS. RECIBO. COMPROVAÇÃO.

Recibos que contenham a indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de quem prestou os serviços são documentos hábeis, até prova em contrário, para justificar a dedução a título de despesas médicas autorizada pela legislação.

Os recibos que não contemplem os requisitos previstos na legislação poderão ser aceitos para fins de dedução, desde que seja apresentada declaração complementando as informações neles ausentes.

Conforme se verifica, às e-fls. 17 a 28 há recibos emitidos pela profissional Denise Lopes Rosado Antônio, motivo pelo qual afasto a glosa.

Da dedução com despesas de instrução

A teor do disposto no artigo 8º, inciso II, alínea b, da Lei nº 9.250, de 1995, são dedutíveis os pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas, ao ensino fundamental, ao ensino médio, à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização) e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico.

Ainda, o novo Regulamento de Imposto de Renda (RIR) prevê a possibilidade de dedução com instrução:

Art. 74. Na determinação da base de cálculo do imposto sobre a renda devido na declaração de ajuste anual, poderão ser deduzidos os pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, ao ensino fundamental, ao ensino médio, à educação superior, e à educação profissional, até o limite anual individual de (Lei nº 9.250, de 1995, art. 8º, caput, inciso II, alínea “b”):

I - R\$ 2.830,84 (dois mil, oitocentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos), para o ano-calendário de 2010;

II - R\$ 2.958,23 (dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos), para o ano-calendário de 2011;

III - R\$ 3.091,35 (três mil, noventa e um reais e trinta e cinco centavos), para o ano-calendário de 2012;

IV - R\$ 3.230,46 (três mil, duzentos e trinta reais e quarenta e seis centavos), para o ano-calendário de 2013;

V - R\$ 3.375,83 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos), para o ano-calendário de 2014; e

VI - R\$ 3.561,50 (três mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos), a partir do ano-calendário de 2015.

§ 1º É vedada a transferência de valor de despesas superior ao limite individual de uma pessoa física para outra (Lei nº 9.250, de 1995, art. 8º, caput, inciso II, alínea "b").

§ 2º Não serão dedutíveis as despesas com educação do menor considerado pobre que o contribuinte apenas eduque (Lei nº 9.250, de 1995, art. 35, caput, inciso IV).

§ 3º As despesas de educação dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em decorrência de cumprimento de decisão judicial ou de acordo homologado judicialmente, ou de escritura pública a que se refere o art. 733 da Lei nº 13.105, de 2015 - Código de Processo Civil, poderão ser deduzidas pelo alimentante na determinação da base de cálculo, observados os limites previstos neste artigo (Lei nº 9.250, de 1995, art. 8º, § 3º).

§ 4º Para fins do disposto neste artigo, também são considerados estabelecimentos:

I - de educação infantil - as creches e as pré-escolas;

II - de educação superior - os cursos de graduação e de pós-graduação; e

III - de educação profissional - os cursos de ensino técnico e de ensino tecnológico.

§ 5º Para fins do disposto no § 4º, são considerados cursos de pós-graduação:

I - a especialização;

II - o mestrado; e

III - o doutorado.

Quanto a importância de R\$2.320,00 declarada como despesa própria com instrução, não há qualquer documento comprobatório nos autos, motivo pelo qual mantenho a decisão de piso.

Diante do exposto, conheço do recurso voluntário para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, para afastar as glosas com despesas médicas com Denise Rosado Antônio, no valor de R\$8.220,00.

(assinado digitalmente)

Thiago Duca Amoni

